



PUBLICAÇÃO: 16/11/2017



Índice de risco climático global 2018

FONTE (S): GERMANWATCH

O Índice Global de Risco Climático 2018 analisa até que ponto os países foram afetados pelos impactos de eventos de perda relacionados ao clima (tempestades, inundações, ondas de calor, etc.). Os dados mais recentes disponíveis - para 2016 e de 1997 a 2016 - foram levados em consideração.

Os países mais afetados em 2016 foram o Haiti, o Zimbábue e Fiji. Para o período de 1997 a 2016, Honduras, Haiti e Myanmar são os mais altos.

A 13ª edição da análise deste ano reconfirma resultados anteriores do Índice de Risco Climático: os países menos desenvolvidos são geralmente mais afetados do que os países industrializados. Em relação à mudança climática futura, o Índice de Risco Climático pode servir como uma bandeira vermelha para a vulnerabilidade já existente que pode aumentar ainda mais em regiões onde eventos extremos se tornarão mais frequentes ou mais graves devido a mudanças climáticas. Enquanto alguns países em desenvolvimento vulneráveis são freqüentemente atingidos por eventos extremos, para outros, tais desastres são uma ocorrência rara.

FONTE: <https://germanwatch.org/en/download/20432.pdf>



Food and Agriculture
Organization of the
United Nations

FAO: produção agrícola responde por pelo menos 20% das emissões de gases do efeito estufa

Em pronunciamento na 23ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, a COP23, o diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a

Agricultura (FAO), José Graziano da Silva, alertou que as transformações do clima poderão arrastar milhões de pessoas para um ciclo vicioso de miséria e má nutrição. Até 2050, quedas na produção agrícola associadas às mudanças climáticas poderão elevar em 20% o risco de fome no mundo.

“Não estamos fazendo o suficiente para enfrentar essa grave ameaça”, criticou o dirigente da agência da ONU, lembrando que os países insulares e as nações menos desenvolvidos são “especialmente vulneráveis” às mudanças climáticas.

A produção agrícola ocupa um lugar paradoxal na dinâmica climática – é afetada por suas oscilações, mas é também um dos setores mais responsáveis pelas mudanças climáticas. “Pelo menos um quinto das emissões totais de gases do efeito estufa pode ser atribuído ao setor agrícola”, afirmou Graziano.

Apesar dos desafios, Graziano afirmou que ainda há tempo para agir. Segundo ele, a comunidade internacional tem capacidade para erradicar a fome em todas as suas formas até 2030, tal como previsto pelos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS)**.

O segmento da produção de alimentos que mais emite gases do efeito estufa é a pecuária. Todavia, “é possível uma pecuária de baixo carbono”, enfatizou o chefe da FAO. A agência estima que técnicas de criação de gado aprimoradas, de fácil implementação, podem reduzir de 20 a 30% as emissões.

“Não basta transformar apenas a forma como produzimos alimentos. A mitigação e a adaptação às mudanças climáticas devem ser integradas em todo o sistema alimentar, desde a produção até o transporte, desde o processamento até o consumo dos alimentos, tanto nas zonas rurais, como nas zonas urbanas”, enfatizou o dirigente.

“Reduzir o desmatamento, recuperar terras e florestas degradadas, acabar com as perdas e o desperdício de alimentos, melhorar o ‘sequestro de carbono’ pelo solo, (promover) a pecuária com baixas emissões, essas são apenas algumas das soluções conhecidas para abordar, ao mesmo tempo, a fome, a pobreza e a sustentabilidade.”

Por ocasião da COP23, a FAO lançou uma nova publicação – *Acompanhando a adaptação nos setores agrícolas* – que oferece um marco e uma metodologia para apoiar países na implementação de medidas de adaptação às mudanças climáticas. Acesse o documento (em inglês).

FONTE: <http://www.fao.org/3/a-i8145e.pdf>



Financiamento para futuro de baixo carbono é tema central de conferência climática da ONU

A necessidade urgente de angariar recursos para cumprir os objetivos de financiamento do Acordo de Paris para o clima, principalmente para apoiar as ações em países em desenvolvimento, foi o tema central da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP23), que continua esta semana em Bonn, na Alemanha.

“Precisamos que todos os atores financeiros — públicos, privados, domésticos, internacionais —, e inclusive os mercados e reguladores, trabalhem juntos para mobilizar de forma efetiva pelo menos o valor de 1,5 trilhão de dólares necessário a cada ano para o financiamento climático”, disse o chefe da Iniciativa Financeira da ONU Meio Ambiente, Eric Usher.

Como parte do “Dia das Finanças para o Clima” na COP23, representantes de alto-nível sobre o tema destacaram seus esforços para alcançar as objetivos do Acordo de Paris, que são, principalmente, manter o aumento da temperatura média global em menos de 2 graus Celsius e o mais próximo possível de 1,5 grau.

Os representantes ressaltaram que cada dólar investido em diminuir as emissões de gás de efeito estufa e em se adaptar às alterações climáticas representa um benefício em dobro, pois contribuirá diretamente para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da comunidade internacional.

Segundo o secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas para a Mudança do Clima (UNFCCC), principal órgão da ONU na área de mudanças climáticas, o financiamento climático está acontecendo a um ritmo nunca visto antes, com mercados vibrantes e crescentes na área da energia renovável, carros elétricos, construções verdes e agricultura climaticamente inteligente.

O crescimento ambicioso está sendo apoiado por avanços exponenciais em instrumentos, índices e mercados de financiamento verde cada vez mais inovadores.

Da mesma forma, o setor financeiro está reconhecendo mais onde e como as alterações climáticas apresentam riscos para os investimentos existentes, como também a necessidade de ajustar suas carteiras para longe de ativos que envolvem o uso intensivo de carbono.

Apesar disso, ainda há muito a ser feito para garantir o financiamento e o investimento na escala necessária para alcançar uma economia global totalmente livre de carbono e resistente ao clima até 2050.

“O potencial que têm os investimentos climaticamente amigáveis, em áreas como energia limpa e agricultura climaticamente inteligente, é gigantesco”, disse Laura Tuck, vice-presidente do Banco Mundial para o Desenvolvimento Sustentável.

“A chave está em obter os fundos necessários para que todos possam se beneficiar, em todo lugar, dos investimentos em baixo carbono e resistentes às alterações”, complementou Laura.

Peter Damgaard Jensen, presidente-executivo do fundo de pensão dinamarquês PKA e presidente do Grupo de Investidores Institucionais para a Mudança Climática (IIGCC, em inglês), disse numa coletiva de imprensa que é “extremamente importante que haja um aumento significativo do nível de conscientização e de ação dos investidores nos esforços de transição para uma economia de baixo carbono”.

Segundo Jensen, os sinais de investimentos fortes por parte dos formuladores de políticas públicas nas áreas de comércio de carbono, energia, transporte e infraestrutura são essenciais para liberar o capital necessário.

Membros da sociedade civil de países africanos e legisladores se pronunciaram sobre a urgência do financiamento climático, pré-requisito indispensável para as ambiciosas ações dessas nações.

“A África é o continente que polui menos, porém, é a África a que sofre com os efeitos das alterações climáticas”, disse numa coletiva de imprensa Roger Nkodo Dang, presidente do Parlamento Pan-Africano, órgão legislativo da União Africana.

Nkodo Dang acrescentou que países desenvolvidos têm a responsabilidade de fornecer ajuda adicional aos africanos para o desenvolvimento verde. “Se vocês pedirem para que nós paremos de usar madeira, nós pediremos eletricidade. Não se trata de um favor, trata-se uma compensação”, concluiu.

Conferência climática reconhece papel das mulheres

No marco da semana final de negociações da COP23, a presidência do Fiji, anfitriã do encontro, anunciou no último domingo (12) um acordo sobre um Plano de Ação sobre Gênero, que destacará o papel das mulheres nas ações de luta contra as alterações climáticas.

Numa coletiva de imprensa, o presidente da COP23 e primeiro-ministro do Fiji, Frank Banimarama, anunciou que as partes finalizaram a elaboração do plano, que ainda precisa ser adotado.

“O plano tratará da integração de uma abordagem de gênero em todo o trabalho em torno das políticas climáticas, tanto nacionais quanto internacionais”, acrescentou Nazhat Shameen Khan, chefe de negociações da presidência da COP23.

Chefes de Estado, ministros e o secretário-geral da ONU, António Guterres, estarão presentes durante a sessão de alto nível do encontro, nos dias 15 e 16 de novembro.

Governos e corporações anunciam novas ações

Também no domingo (12/11), países e corporações anunciaram novas iniciativas para cortar as emissões e estabelecer programas de gerenciamento florestal sustentáveis.

Os esforços representam uma iniciativa global para diminuir 15 toneladas de emissões de CO2 no setor das florestas, que inclui o compromisso de empresas e corporações com atividades no mundo todo.

A varejista Walmart manifestou seu compromisso em usar commodities que não sejam produto do desmatamento, enquanto a Mars Inc. anunciou sua nova política de diminuir sua pegada de carbono em 27% até 2025 e em 67% até 2050, abordando o problema do desmatamento na cadeia de valor corporativa da empresa. O Parque Nacional do Gabão, por sua parte, se comprometeu a combater a exploração madeireira ilegal.

“As florestas tem a capacidade incrível de armazenar carbono, e nós temos subestimado isso”, disse Inger Andersen, diretor-geral da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, em inglês), numa coletiva de imprensa.

“Proteger e recuperar nossas florestas é fundamental para cumprir com o Acordo de Paris e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, disse Andersen.

Centenas de companhias se comprometem com a ação climática

O setor industrial, também presente no encontro em Bonn, disse que cumprirá com a redução das emissões de gás de efeito estufa estabelecidas no Acordo de Paris.

No entanto, afirmou que políticas e parcerias para as estratégias de implementação, trabalhando de maneira mais próxima com os governos, tanto no plano nacional quanto no internacional, ajudará as empresas a tomar ações mais rápidas e avançadas.

“A indústria está tomando ações contra a mudança climática como nunca antes na história”, disse Peter Bakker, presidente-executivo do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD, uma organização global que conta com empresários de mais de 200 empresas que trabalham para o desenvolvimento sustentável).

“A transição para a economia de baixo carbono é inevitável, e as empresas continuarão implementando as soluções necessárias para cumprir com o Acordo de Paris”, acrescentou Bakker.

Desde 2015, mais de 600 companhias com receitas que, juntas, chegam a 15 trilhões de dólares, comprometeram-se com mais de 1 mil ações climáticas por meio da “We Mean Business”, uma coalizão global sem fins lucrativos.

Muitas delas estão se aproximando de uma capacidade de 100% de renovação sustentável, além de colaborarem em outros setores para a Iniciativa de Parcerias para a Tecnologia de Baixo Carbono (LCTPi, em inglês).

Líderes locais e regionais assinam compromisso

Líderes locais e regionais do mundo inteiro assinaram o Compromisso de Bonn-Fiji no último domingo (12), garantindo ações para cumprir com o Acordo de Paris.

As cidades são responsáveis por aproximadamente 70% das emissões de gases de efeito estufa provenientes do uso de combustíveis fósseis para a energia e o transporte.

Com mais da metade da população mundial morando em centros urbanos — número que deve alcançar dois terços até 2050 —, o Compromisso Bonn-Fiji impulsionará os esforços para avançar para o desenvolvimento urbano sustentável.

O compromisso engloba 19 iniciativas, incluindo o Pacto de Prefeitos da União Europeia e o Compacto de Prefeitos, que juntos formam o Pacto Global de Prefeitos para o Clima e a energia, a maior coalizão que já existe, com mais de 7,4 mil cidades de seis continentes e 121 países, para diminuir as emissões de gás de efeito estufa e criar sociedades e economias resistentes à mudança climática.

De forma similar, a Organização Mundial da Saúde (OMS), em colaboração com o Secretariado do órgão da ONU para mudanças climáticas (UNFCCC) e em parceria com a presidência do Fiji, lançaram uma iniciativa para proteger as populações de ilhas pequenas e países em desenvolvimento, dos impactos à saúde causados pelas mudanças climáticas.

A visão para 2030 é que todas as ilhas pequenas e países em desenvolvimento tenham sistemas de saúde resistentes às alterações climáticas

FONTE: <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=58075#.Wgzl41WnHIW>



Fundo da ONU e governo brasileiro discutem retomada de projeto para combater pobreza no semiárido

Representantes do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e do governo do Brasil se reuniram na terça-feira (14) para discutir a retomada do projeto Dom Helder Câmara. Iniciativa visa reduzir a miséria e promover o crescimento econômico de comunidades do semiárido brasileiro. Em sua primeira fase, programa beneficiou 13 mil famílias em sete estados.

Representantes do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e do governo do Brasil se reuniram na terça-feira (14/11) para discutir a retomada do projeto Dom Helder Câmara. Iniciativa visa reduzir a miséria e promover o crescimento econômico de comunidades do semiárido brasileiro. Em sua primeira fase, programa beneficiou 13 mil famílias em sete estados.

“O Dom Helder se iniciou oficialmente em 2001, e finalizou a sua primeira fase ao final de 2010”, lembrou Rodrigo Almeida, representante da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) em Pernambuco.

Para a segunda etapa, a perspectiva inicial era atender a 22 mil famílias. Agora, o governo trabalha com uma nova meta – 60 mil em 11 estados. O Dom Helder Câmara foi incluído no Plano Safra plurianual e a política deverá ser mantida até 2020, segundo o governo brasileiro.

O secretário especial da SEAD, Jefferson Coriteac, explicou que, para a retomada do projeto, quase todas as preparações estão prontas.

“Já foi feita a contratação por parte da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), de Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) em alguns estados. E o contrato com a Universidade de Brasília (UnB) também já foi assinado, para a contratação dos fiscais. Eles serão responsáveis por auxiliar no monitoramento das assistências técnicas.”

A base da iniciativa será a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) voltada para o semiárido. Dados do Censo Agropecuário revelam que os agricultores familiares que recebem esse tipo de acompanhamento regularmente têm rentabilidade por hectare até quatro vezes maior do que os que não têm acesso ao serviço.

Segundo o gerente de programas da divisão da América Latina e Caribe do FIDA, Paolo Silveri, o Dom Helder recebeu avaliações positivas da agência da ONU. “Dessa forma, o governo federal pediu ao FIDA novamente para apoiar financeiramente a segunda etapa. E nós estamos comprometidos para que essa segunda etapa chegue na ponta para a população rural brasileira.”

Projeto visa contornar problemas climáticos

No Ceará, quase 60% do território apresenta seca extrema ou seca excepcional, os dois níveis respectivamente mais severos de estiagem apontados pelo **Monitor de Secas do Nordeste (MSNE)**. Quase todo o Cariri e parte dos Sertões Central e dos Inhamuns – regiões cearenses – estão com seca excepcional, a mais grave.

O solo é um dos primeiros a sofrer com o clima, que castiga ainda as criações de animais e as plantações. Um levantamento recente da Confederação Nacional dos Municípios revelou que, entre 2013 e 2015, a estiagem causou um prejuízo de 103,5 bilhões no Nordeste.

Os desafios climáticos são um dos problemas que o projeto Dom Helder Câmara busca minimizar. A partir da assistência técnica, oito ações serão implantadas no semiárido: fomento individual (projetos de inclusão produtiva); inovação tecnológica; comercialização; projetos de abastecimento de água; alimentação animal, com a distribuição da palma forrageira, vegetal resistente ao clima seco e usado para alimentar os rebanhos; crédito rural; Garantia-Safra e seguro da produção.

O extensionista chegará até os agricultores para identificar qual ação será mais benéfica para otimizar a produção. Quem contratará os serviços de assistência técnica será a ANATER.

Monitor de Secas do Nordeste (MSNE)

FONTE:<http://msne.funceme.br/>

FONTE:<https://nacoesunidas.org/agencia/fida/>

FONTE:<https://www.ifad.org/ruraldevelopmentreport>



INEE

[Relatório] Response & Resilience

UNESCO Desk para a Educação em Situação de Emergência

Temos o prazer de compartilhar com vocês a primeira edição do **Response & Resilience** emitido pelo Desk UNESCO para a **Educação em Situação de Emergência** para oferecer insights sobre o esforço da organização para garantir educação de qualidade e oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para as populações afetadas pela crise.

Este boletim, publicado em Inglês, Francês e Espanhol, centra-se na resposta educativa recente da UNESCO a desastres naturais em Madagascar, Peru e Nepal.

FONTE:https://gallery.mailchimp.com/fe0506b371181f31cc3ba467/files/bcbb85d-aab4-4441-863d-314f46582cea/RespuestayResiliencia_1.pdf?utm_source=INEE+email+lists&utm_campaign=99e61e8b8d-BWB_2015_7_2&utm_medium=email&utm_term=0_710662b6ab-99e61e8b8d-25743853

EVENTOS



INEE

Como se tornar um especialista em Planejamento Educacional

UNESCO IIEP

O Instituto Internacional da UNESCO para o Planejamento Educacional (IIEP) tem o prazer de anunciar que as inscrições estão abertas para as sessões de treinamento 2018-2019 em planejamento e gestão educacional.

Programas de treinamento da IIEP são projetados para fortalecer habilidades e competências em análise de política de educação, diagnóstico do setor, formulação de planos e implementação, monitoramento e avaliação, além de desenvolver habilidades de liderança e gestão estratégicas. O conteúdo do curso responde diretamente à evolução das necessidades dos sistemas de educação, como refletido na nova agenda global Educação 2030.

IIEP oferece dois programas de treinamento únicas que combinam cursos online e interação face-a-face. **O curso Planejamento da Educação Setor (ESP)** é de 6 meses, e o **Programa de Formação Avançada (ATP)** é um ano. O programa ATP oferece uma formação mais abrangente, e inclui os ESP curso, outros cursos de especialização e um projeto profissional.

FONTE: http://www.iiep.unesco.org/en/education-sector-planning-course-mastering-art-educational-planning-1759?utm_source=INEE+email+lists&utm_campaign=99e61e8b8d-BWB_2015_7_2&utm_medium=email&utm_term=0_710662b6ab-99e61e8b8d-25743853

INEE

Educação, Conflito e SIG emergência, CIES

A **Educação, Conflito e SIG emergência** convida seus membros a solicitar um prêmio de viagem \$ 500,00 para apoiar a participação na Reunião Anual 2018 CIES na Cidade do México. O prêmio visa especificamente reconhecer um estudante ou acadêmico de um país sub-representado que precisa de apoio às viagens para apresentar o seu / sua pesquisa acadêmica. Este prêmio foi concebido em resposta à representação limitado de estudantes e estudiosos do Sul Global, particularmente aquelas de países afetados por conflitos e pós-conflito, na Reunião Anual do CIES.

O Travel Award será dado em função da qualidade da aplicação, com atenção à

diversidade e país de origem do requerente.

Para solicitar o Travel Award ECE SIG, o indivíduo deve:

- Ser um membro atual do CIES em boa posição
- Ser um membro da Educação, Conflito e SIG emergência
- Apresentar um papel no CIES 2018 na Cidade do México.
- Preference será dado a um estudante ou acadêmico de um país sub-representado e / ou países afetados por conflitos e pós-conflito

O destinatário viagem-prêmio é esperado para assistir a ECE Reunião SIG Negócios da CIES 2018. destinatários viagens prêmio também são obrigados a apresentar uma breve reflexão sobre o seu / sua participação no CIES 2018.

FONTE:https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScTLDmCdS_CbKpU3LVjOteqOJAog3ndmdVUoqFIUvSEOmTjCO/viewform?utm_source=INEE+email+lists&utm_campaign=99e61e8b8d-BWB_2015_7_2&utm_medium=email&utm_term=0_710662b6ab-99e61e8b8d-25743853

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES - PARANÁ

<http://www.ceped.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL SP

<http://www.defesacivil.sp.gov.br/>

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL – RIO DE JANEIRO

<http://www.rj.gov.br/web/sedec/exibeconteudo?article-id=4173185>

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL DE MINAS GERAIS

<http://www.defesacivil.mg.gov.br/index.php/ajuda/page/280-programa-minas-mais-resiliente-edital-de-chamamento-publico-n-01-2016-resultado-de-analise-das-propostas>